Pará (COSANPA). **1.2.1.2 Depósitos Judiciais** - A Rubrica Depósitos Judiciais é constituída de Valores depositados à Justiça do Trabalho proveniente de ações trabalhistas movidas contra a empresa. Tais Valores constituem direitos da empresa mediante a possibilidade de ganho de causa por parte da PRODEPA. **1.2.2 INVESTIMENTOS - 1.2.2.1 Participações Em Outras Empresas** - A empresa possui investimentos permanentes na empresa de telefonia fixa, móvel e Internet - OI S.A. O investimento está registrado pelo método de Equivalência Patrimonial. **1.2.2.2 Provisão para Perdas em Investimentos**. Provisão que visa cobrir eventuais perdas com investimentos realizados pela Empresa. **1.2.3 IMOBILIZADO** - O Imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou Construção. A Depreciação é registrada pelo método Linear, a Empresa não adota o novo valor atribuído (Deemend Cost) de acordo com a interpretação técnica CPC - 10, por entender que o custo de formação do ativo está registrado pelo valor de mercado, as taxas de depreciação adotadas representam adequadamente o desgaste e utilização ou obsolescência dos Bens. **1.2.3 INTANGÍVEL** - É um ativo não monetário identificável sem substância física ou incorpóreo. Os bens Intangíveis da PRODEPA são formados por Softwares. **2. PASSIVO - 2.1 PASSIVO CIRCULANTE - 2.1.1 Fornecedores** - É representado pelos compromissos a pagar em curto prazo com terceiros, por fornecimento de Bens e Serviços necessários à manutenção das atividades operacionais da Empresa. **2.1.2 Obrigações Trabalhistas** - Esta Rubrica deriva dos compromissos exigíveis com a mão-de-obra empregada na empresa. Tais compromissos são representados pelos Salários e 13º a Pagar, encargos como FGTS E INSS, além das obrigações de repasses a terceiros, dos valores retidos dos salários dos colaboradores. **2.1.3 Impostos e Contribuições a Recolher** - A Conta registra os tributos a recolher de responsabilidade da Empresa, assim com os retidos de terceiros nas aquisições de bens e serviços. **2.1.4 Impostos e Encargos Parcelados a pagar** - A Conta é representada pelo REFIS parcelamento que está presente no **Curto Prazo** num valor de **R\$ 1.080.000,00**. O mesmo vem sendo amortizado conforme permissão legal que é a aplicação de da alíquota de 1,5% sobre o faturamento da Empresa. **2.1.5 Adiantamento de Clientes** - São constituídos pelos valores pagos à PRODEPA por serviços ainda não executados, passivos de devoluções caso não ocorra a liquidação dos serviços contratados pelos clientes. **2.1.6 Provisões para Férias e Encargos Sociais** - São obrigações constituídas para cobrir os gastos da empresa com Férias dos colaboradores junto com os devidos encargos sociais. **2.1.7 Convênios e Termos de Coop.Técnicas** - São recursos concedidos pelo Banco do Estado do Pará na forma de convênios para que a empresa monte infraestrutura tecnológica para o Governo do Estado do Pará. **2.1.8 Outras Obrigações** - Esta rubrica registra as demais obrigações com terceiros em curto prazo e é representada pelas Cauções Contratuais e contas a pagar de utilidade Pública. **2.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE - 2.2.1 Impostos e Encargos Parcelados a Pagar** - A Conta é representada pelo REFIS parcelamento que está presente no Longo Prazo. O mesmo vem sendo amortizado conforme permissão legal que é a aplicação de da alíquota de 1,5% sobre o faturamento da Empresa. **2.2.2 Provisão Para Contingências** - Registra valores de possíveis perdas de causas trabalhistas que tramitam na justiça. Tais Valores são atualizados de acordo com pareceres e manifestações da Assessoria Jurídica da Empresa. **2.3 PATRIMONIO LIQUIDO - a) Capital Social** -Compõe-se de 500.000 ações ordinárias nominativas, oriunda desde a transformação da PRODEPA de Autarquia para Empresa Pública sendo único acionista o Governo do Estado do Pará. **b) Reservas** - As reservas representam a diferença entre o patrimônio líquido e o capital, sendo resultantes de valores entregues pelos titulares do capital que não representam aumento de capital, ou representam acréscimos de valor de elementos do ativo, ou ainda se originam de lucros não distribuídos aos sócios ou acionistas. **Reservas de Capital** - As reservas de capital são constituídas com valores recebidos pela empresa e que não transitam pelo resultado, por não se referirem à entrega de bens ou serviços pela empresa. A reserva de Capital da PRODEPA originou-se através das Subvenções para Investimentos que o Governo do Estado concedeu. O saldo dessa reserva, em exercícios anteriores, era de R\$ 963.488,02, que em 31 de Dezembro de 2012, foi totalmente absorvido pelos prejuízos acumulados que se originaram em exercícios anteriores. **Reservas de Lucros** - São reservas constituídas pela apropriação de lucros da companhia, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração. A Reserva de Lucros da empresa tem suas bases na constituição de **Reservas de Incentivos Fiscais**, que são Reservas constituídas com as Receitas de Subvenções Para Investimentos. Tais Reservas não serão Tributadas enquanto estiverem configuradas nessa conta, logo a partir do momento em que for dada outra destinação pra o valor existente na conta, a empresa será tributada pelo Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). Os procedimentos de absorção das Reservas pelos Prejuízos Acumulados tem como base legal o artigo 189 da Lei 6.404/76 - "Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda. *Parágrafo único. o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.*" - Reservas de Reavaliação -A Lei 6.404/76 (também chamada Lei das S/A), em seu artigo 8º, admitia a possibilidade, até 31.12.2007, de se avaliarem os ativos de uma companhia pelo seu valor de mercado, chamando isto de reavaliação. Na reavaliação abandonava-se o custo do bem original, corrigido monetariamente até 31.12.1995, e utilizava-se o novo valor econômico do ativo, obtido a partir de um laudo de avaliação. O valor da reavaliação do ativo imobilizado é a diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado, com base em laudos técnicos elaborados peritos ou entidade especializada. A partir de 01.01.2008, a Reserva de Reavaliação foi extinta, por força da Lei 11.638/2007. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização. Assim, a Reserva de Reavaliação da Empresa vem sendo realizada anualmente de acordo com a legislação específica, até que seja totalmente absorvida. - **RESULTADO DO EXERCÍCIO** - O Resultado do Exercício evidencia a formação do resultado líquido em um período, através do confronto das receitas, custos e despesas, apuradas segundo o princípio contábil do regime de competência. Nessa sistemática a PRODEPA vem apresentando resultados positivos obtendo Lucros Líquidos nos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015 respectivamente de R\$ 5.572.045,89, R\$ 1.034.325,92, R\$ 5.322.150,04 e 3.128.943,79. O resultado do exercício 2015 foi destinado para a constituição de Reservas de Incentivos Fiscais e para ser absorvido pelos prejuízos acumulados. Vale Ressaltar que todas as receitas da PRODEPA no Exercício em questão são receitas provenientes de serviços de tecnologia, Microfilmagem, Subvenções Governamentais, Multas Aplicadas e Rendimentos de Aplicações Financeira. **Não havendo Receitas de Telecomunicações.**

Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires
Presidente
CPF 166.769.802-82

Antonio Ernesto Lisboa da Silva
Diretor Adm. Financeiro
CPF 019.668.902-20

Odlaniger Lourenço Damasceno Monteiro
Diretor de Desenvolvimento de Sistemas
CPF 460.068.422-20

Fernando José Bentes da Costa Nunes
Diretor de Tecnologia e Comunicação
CPF 373.115.652-00

Ana Valéria Prata de Almeida
Diretora de Relações Institucionais
CPF 101.552.792-20

Leila Riodades Daher Santos
Diretora de Projetos Especiais
CPF 633.6744.07-87

Odirley Rodrigues da Silva
Contador CRC/PA 014892
CPF 687.817.252-72

Protocolo 938203

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

ERRATA

ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 937156, DO DOE Nº 33085, DE 10 DE MARÇO DE 2016.

Onde se lê: Objeto do aditivo: Tem por finalidade repactuar o valor contratado alterando, assim, a Cláusula segunda do 2º Termo Aditivo ao contrato originário, passando de R\$-101.960,77(cento e um mil, novecentos e sessenta reais e setenta e sete centavos) para R\$-125.938,46(cento e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos).

Leia-se: Objeto do aditivo: Tem por finalidade repactuar o valor contratado alterando, assim, a Cláusula segunda do 2º Termo Aditivo ao contrato originário, passando o valor mensal do contrato de R\$-101.960,77(cento e um mil, novecentos e sessenta reais e setenta e sete centavos) para R\$-125.938,46(cento e vinte e cinco mil, novecentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos).

Ordenador de Despesas: Renilce Conceição do Espírito Santo Nicodemos Lobo

Protocolo 937727

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 086/2016/GERH/SETUR

Proc:2016/73885 TORNAR SEM EFEITO a Port. 60/2016/GERH/SETUR, pub. nº933228 do DOE Nº33.079 de 02/03/2016, que concedeu suprimento de fundos ao servidor CLIVER REIS BARATA, Motorista. Ordenador de despesas ALBINO JOSÉ DA SILVA BARBOSA.

Protocolo 938010

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 078/2016/GERH/SETUR AVALIAÇÕES DO PCCS DE 2015 E 2016

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das competências que lhe são conferidas por meio da Portaria 079/2012/GRH/SETUR, publicada no DOE 32.261 de 16/10/2012 CONSIDERANDO: Os termos do processo 2016/71425; a Cláusula Décima Terceira do ACT-2014/2015 nº 46222.004314/201481 protocolado no TRT 8ª Região e ainda a Resolução 002/2004.

RESOLVE:

I DESIGNAR: os empregados públicos abaixo relacionados, para sob a presidência do primeiro, constituírem "Comissão de Promoção" do P.C.C.S 2015 e 2016 - Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos empregados celetistas originários da PARATUR (em extinção) ora absorvidos em quadro suplementar de pessoal da Secretaria de Estado de Turismo.- SETUR.

QTD	NOME	MATRICULA	INDICAÇÃO	FUNÇÃO
1	DINA ISAAC BENOLIEL	2013622/1	SETUR/RH	PRESIDENTE
2	FABIO ALBERTO B. SANTOS	57197097/1	SETUR	MEMBRO
3	GUSTAVO GURGEL R. DA SILVA	57197099/1	SINDICATO	MEMBRO
4	PRISCILA MILENA G. MELO	57194435/1	SINDICATO	MEMBRO

II Os efeitos desta Portaria vigoraram a partir de 08 de março de 2016 e terão validade de 1 (um) ano.

ALBINO JOSÉ DA SILVA BARBOSA
Diretor de Administração e Finanças.

Protocolo 937871